

Apresentação do dossiê: políticas e práticas educacionais democráticas e os desafios atuais para a sociedade e a escola

Organizadoras:

Maria Raquel Caetano
caetanoraquel2013@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6973-908X>
IFSul, Campus Sapucaia do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil

Marilda de Oliveira Costa
marildacosta532@gmail.com
<http://orcid.org/0000-0001-6859-0041>
Unemat, Cáceres, Mato Grosso, Brasil

Dalva Valente Guimarães Gutierrez
dalva.valente@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6284-5410>
UFPA, Pará, Brasil

As mudanças em curso na área educacional vinculam-se a um movimento maior, cuja totalidade e historicidade precisam ser entendidas no contexto de sucessivas crises do capital e de ataques à democracia liberal em diversos contextos, incluindo-se o Brasil cujas especificidades são diferentes de dez ou vinte anos atrás. Na fase atual do neoliberalismo, as novas formas de atuação do Estado vêm se modificando sem perder sua essência: ser um projeto político de classe que objetiva manter e ampliar a expansão e criação de mercados (Abdala, 2022). As novas formas de atuação do Estado pretendem construir uma sociedade de mercado do século XXI. No campo das políticas públicas de educação, o projeto neoliberal vem atacando o sentido histórico da educação e da escola pública, visando a revisão de sua função social para adequar-se à lógica da gestão corporativa. Nessa perspectiva ocorre a transposição de ideias, métodos, técnicas, valores, marketing, com a ascensão de experts em produção e análise de dados, típicos da gestão corporativa, caracterizada, entre outros aspectos, pela gestão para resultados em que os fins são priorizados em relação aos meios.

A constituição da escola neoliberal é um dos fatores decisivos no processo de construção de uma sociedade de mercado porque a educação se coloca a serviço da competitividade econômica como investimento no capital humano. Essa escola “[...] é apresentada idealmente, como o lugar de todas as inovações, da mudança permanente, da adaptação contínua às variações da demanda do mercado, da busca de excelência, da falha zero” (Laval; Dardot, 2016, p. 330) – desfigurando completamente a função social da escola e o que poderia direcionar para uma educação integral e integrada em detrimento do ensino de truques para o estudante responder aos testes com êxito (Ravitch, 2011).

No contexto da competitividade do capitalismo neoliberal, é cada vez mais comum as reformas escolares, alinhadas com as políticas educacionais, cumprirem a função de adequação às novas exigências do mercado. Consistem, na prática, na redução de investimentos nos setores públicos, na captação do fundo público pelo setor privado, bem como em programas pensados fora de contexto e implantados de forma vertical, portanto, autoritária, via reformas educacionais.

Outro fator que reforça a verticalização da gestão escolar ampliada com a pandemia de Covid 19, é o exponencial avanço e adoção, pelos formuladores de políticas e programas educacionais, das Tecnologias da Informação e

Comunicação, via plataformas nas redes de ensino. Associado aos testes padronizados as TICs – e máquinas digitais, possibilitaram maior controle e vigilância sobre a gestão escolar, o trabalho docente, o currículo, tendo como consequência uma burocracia aumentada, uma hiperburocracia (Lima, 2021).

A transposição de modelos burocráticos, cuja base está na racionalização de custos, na eficiência técnica e na produtividade empresarial, acabou tornando-se dominante em detrimento da gestão escolar democrática. É nesse contexto que surge o termo descentralização. Tem-se aí a ideia de desconcentração econômica em nome da descentralização financeira. A tão sonhada autonomia da gestão financeira acabou se expressando na autonomia para buscar recursos financeiros necessários para suprir as carências de recursos públicos destinados à educação pública, haja vista a insuficiência de políticas no contexto da lógica neoliberal. A autonomia, nesse contexto, não é construída, como defende Barroso (1996). Ela é decretada, uma vez que vem atrelada ao aumento de tarefas e responsabilidades atribuídas à escola.

Em relação à educação, as diferentes formas de privatização a partir do público não estatal modifica o sentido do saber, das instituições transmissoras dos valores e dos conhecimentos e as próprias relações sociais. O objetivo, agora, é formar um novo sujeito, o *homo economicus*, o sujeito empreendedor de si, pautado na concorrência. A outra face do gerencialismo educacional é a minimização dos seus custos consentidos pelos orçamentos públicos, bem como a transferência de vários de seus encargos para o setor privado, instituições não governamentais, como fundações, associações e institutos de todo tipo. Todas essas modificações devem ser rentáveis, pois a escola, agora, destina-se à satisfação das empresas num duplo sentido: por um lado, pautam a agenda educacional e dela se beneficiam com as prestações de serviços e vendas de insumos e, por outro lado, se utilizam do capital humano. Para tal intento, as reformas educacionais globais (Verger, 2019) — e em particular no Brasil — contam com a reorganização de currículos padronizados, com os sistemas internacionais de avaliação, além dos programas altamente estruturados que resultam dessas modificações, como planos de aulas, formação de professores e programas para o ensino, incluindo livros didáticos, softwares e material pedagógico. São fundações e institutos que disputam a gestão, a definição de agenda e o conteúdo da educação pública.

De modo geral, as políticas educacionais são condicionadas pelo contexto social mais amplo, influenciadas pelas constantes mudanças na sociedade, no mundo do trabalho e na educação no Brasil e no mundo e estão relacionadas às redefinições do papel do Estado e da educação sob a lógica do capital, sobretudo o fictício. Nesse contexto, há uma reordenação das forças hegemônicas — de mercado e neoconservadoras, que avançam e disputam a educação pública em distintos espaços que vão da definição de agendas à regulação da política.

É nesse contexto de mudanças, que o Estado contemporâneo apresenta especificidades, ele se reedita, se reatualiza na sua versão para o século 21, ocorrendo uma transição do Estado democrático e de direito para uma nova governança entre Estado, mercado, entidades, fundações, OSs, etc., ligadas ao capital. O que caracteriza essa fase do neoliberalismo não é seu caráter mínimo,

seu encolhimento; pelo contrário, “é o intervencionismo governamental que produz uma nova ordem social” (Laval; Dardot, 2016, p. 55). Cria-se uma nova cultura na sociedade: competição, meritocracia, individualismo, empreendedorismo, entre outros.

As mudanças na concepção do Estado traduzidas por políticas, projetos e ações na área educacional, vem modificando o sentido de ser aluno, ser professor e escola pública. Altera as práticas escolares cotidianas, os processos de ensino e aprendizagem, a formação do professor, comprometendo o processo de democratização da educação. Esvazia a gestão democrática, a autonomia da escola, a participação em instâncias decisórias e colegiadas, o diálogo com a comunidade escolar e atinge o direito à educação básica, uma conquista recente da sociedade brasileira.

As reformas educacionais propõem alterar as estruturas da escola, promovendo mudanças administrativas e pedagógicas com a implantação de uma gestão educacional apoiada no modelo corporativo orientadas pelos princípios gerenciais. Azevedo (2007, p.11) já abordava o conceito de “mercoescola, a escola que se adapta aos princípios e valores da economia de mercado, formando cidadãos clientes, produtores e consumidores”. Para o autor, “a reconversão da escola tradicional em mercoescola é a conversão da educação em mercadoria e a sua reconversão em capital” (Azevedo, 2007, p.12). Todos esses elementos trazem implicações à democratização da educação e consequentemente à sociedade.

Resgatar a importância da escola enquanto lugar privilegiado de transmissão e recriação de uma diversidade de conhecimentos é fundamental para desenvolver e fortalecer princípios coletivos e civilizatórios e para criar espaços que viabilizem a formação participativa, contribuindo, assim, para a desfragmentação da educação escolar. Se for válido dizer que a democratização da escola cumpre um papel na democratização da sociedade, também é fundamental que se afirme que não haverá gestão democrática na escola se não houver democratização na sociedade. Daí a necessidade de um contínuo labor em nome da luta democrática, pois “não se ganha a democracia, se a constrói” (Esquivel, 2016).

O presente dossiê apresenta artigos de docentes, pesquisadores, autores e acadêmicos que divulgam diferentes formas que as políticas e práticas educacionais se materializam; apresenta ainda trabalhos que sinalizam para a construção de uma sociedade democrática a partir de eixos que são problematizados pelos desafios, contradições, interesses, disputas, desdobramentos, consequências, avanços e retrocessos nas políticas e nas práticas educacionais.

REFERÊNCIAS

- ABDALA, P.R.Z. Reformas continuadas na Administração Pública. Youtube. **GPRPE-UFRGS**, 25 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hbUXGukrDc0&t=3833s>>. Acesso em 20 de dezembro de 2023.
- AZEVEDO, J. C. **Reconversão cultural da escola**: mercoescola e escola cidadã. Porto Alegre: Sulina, Editora Universitária Metodista, 2007.
- BARROSO, J. **O estudo da autonomia da escola**: da autonomia decretada à autonomia construída. In: BARROSO, J. (Org.). O estudo da escola. Portugal. Porto: Porto Editora, 1996.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- ESQUIVEL. Adolfo Perez. Sete lições sobre democracia, de Adolfo Pérez Esquivel. Entrevista a Ricardo Prestes Pazello. **Brasil de Fato**. Curitiba. 2 de maio de 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/05/03/sete-licoes-sobre-democracia-de-adolfo-perez-esquivel>. Acesso em 2 dez 2023.
- LIMA, L. C. Máquinas de administrar a educação: dominação digital e burocracia aumentada. **Educação & Sociedade**, 42, 2021.
- RAVITCH, D. **Morte do Grande Sistema Escolar Americano** – como os Testes Padronizados e o Modelo de Mercado Ameaçam a Educação. Trad. Marcelo Duarte. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- VERGER, Antony. A política educacional global: conceitos e marcos teóricos chave. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 14, n. 1, jan./abr. 2019, p. 9-33.

Recebido: 20 dez. 2023

Aprovado: 29 dez. 2023

DOI: 10.3895/rtr.v8n0.18130

Como Citar: CAETANO, M. R.; COSTA, M. O.; GUTIERRES, D. V. V. Apresentação do dossiê: Políticas e Práticas Educacionais Democráticas e os desafios atuais para a sociedade e a escola. **Revista Transmutare**, Curitiba, v. 9, e18130, p. 1-4, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Maria Raquel Caetano
caetanoraquel2013@gmail.com

Direito Autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

